

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA AEPET-BA

Data: 29.07.2025

Hora: das 19h07 às 21h14min

Meio: Virtual

Presentes: Diretoria: Marcos André dos Santos, Railda Nascimento Silva, Renato Brandão do Nascimento, Erika Rebello Grisi, Francine Moreira e José Augusto Fernandes Filho.

Conselheiro: Francisco Augusto Herdy Raminelli.

Associados: Luiz Henrique Amorim de Jesus, Manoel Esmeraldo de Sousa e Jaciara Barreto dos Santos.

Convidados: Raquel Sousa, Eric Gil.

Pauta Especial:

- “Soberania Brasil”

A reunião foi iniciada pelo presidente Marcos André dos Santos, que solicitou autorização para a gravação da sessão, justificando o registro como parte dos canais da entidade e para elaboração da respectiva ata. Na sequência, o presidente sugeriu que a condução dos trabalhos fosse feita pelo Adv. Luiz Henrique Amorim, coordenador da organização do evento. Luiz Henrique deu boas-vindas aos presentes e contextualizou o motivo da reunião, explicando que a iniciativa retomava um projeto mais antigo da entidade sobre a soberania do Brasil, agora profundamente atual diante dos desafios e ameaças externas enfrentadas pelo país. Foi destacado que a pauta tinha como objetivo central retomar e aprofundar o debate sobre soberania nacional, soberania energética e a reconstrução da Petrobras, com foco na Bahia e no contexto nacional atual, ou seja, a reunião foi organizada para unir forças, atualizar as ações em andamento e planejar estratégias de atuação.

O presidente Marcos André saudou os presentes e reforçou a importância do tema, criticando a passividade pós-eleições e chamando a atenção para a necessidade de ações concretas. Destacou que a soberania nacional vai além dos símbolos e está ligada à gestão dos bens públicos e à capacidade do povo em se auto-organizar, pois, segundo ele, é necessário reconectar o conceito à capacidade real do povo brasileiro de decidir os rumos do país, especialmente no que diz respeito ao controle sobre os bens públicos e os recursos naturais. Foi ressaltado que a entidade defende a Petrobras não como um fim em si mesma, mas como um instrumento estratégico da soberania energética brasileira e do desenvolvimento econômico, social e político do país, e disse que a defesa estatal é entendida como uma ferramenta essencial para garantir a cidadania plena da população, distribuindo os benefícios da energia de forma equitativa e estratégica, em vez de entregá-los ao mercado e aos interesses privados e estrangeiros.

Foi dada a palavra à Dra. Raquel Sousa, advogada que acompanha os processos judiciais envolvendo a defesa da Petrobras e a reversão das privatizações. A Dra. Raquel apresentou um panorama da conjuntura e das ações judiciais movidas pela entidade nos últimos anos. Ela destacou a questão da soberania nacional, que ganhou nova relevância diante das recentes ameaças dos Estados Unidos, especialmente com a imposição de tarifas e pressões diplomáticas que interferem diretamente na soberania política e econômica do Brasil. Além disso, pontuou que a venda dos ativos da Petrobras na Bahia, como os campos do Polo Recôncavo, expõe a entrega do patrimônio público nacional a preços irrisórios. A advogada explicou que, apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal permitir vendas de ativos sem necessidade de licitação, os princípios da administração pública continuam vigentes. No entanto, juízes têm ignorado esses princípios, julgando improcedentes as ações movidas pela AEPET-BA e entidades parceiras, sem permitir sequer a produção de provas que demonstrem o caráter lesivo das vendas.

Ainda no campo jurídico, Raquel relatou a atuação junto à Defensoria Pública e ao Ministério Público em relação aos preços praticados pela empresa privada ACELEN, que adquiriu a Refinaria Landulpho Alves (RLAM). Há denúncias de abusividade nos preços do gás de cozinha e dos combustíveis, principalmente pela ausência de repasse das reduções aplicadas pela Petrobras nas refinarias ao consumidor final. A AEPET-BA tem articulado com o Procon e o Ministério Público Estadual medidas para responsabilizar a empresa e garantir o direito da população ao acesso justo à energia.

Em seguida, foi dada a fala para o economista e pesquisador Eric Gil Dantas, que apresentou dados técnicos sobre os impactos econômicos e sociais da privatização da Petrobras na Bahia, em comparação ao cenário nacional. Ele iniciou explicando que a Petrobras tinha abandonado oficialmente o Preço de Paridade de Importação (PPI) em maio de 2023. A nova política de preços tem sido tímida. Em 2025, a gasolina vendida pela Petrobras tem tido variação mínima em relação ao PPI, com diferença de apenas 0,8%. Já no caso do diesel, a diferença média foi de 6%, mostrando flexibilidade. Contudo, na Bahia, onde o fornecimento de combustíveis é monopolizado pela ACELEN, a realidade é outra, pois, desde a privatização, a gasolina vendida pela ACELEN foi, em média, 3,3% mais cara que a da Petrobras, enquanto o gás de cozinha chegou a ser vendido com 75% de acréscimo sobre o valor da estatal. No acumulado, o GLP tem uma média de 22% acima dos preços da Petrobras, evidenciando os prejuízos diretos ao consumidor baiano. Eric Gil também detalhou os investimentos da Petrobras desde o início do governo Lula. Por fim, o economista alertou que a falta de investimentos estratégicos da Petrobras na Bahia contribui para a continuidade da desigualdade regional e enfraquece a soberania energética do estado, porque a privatização, ao invés de trazer benefícios, resultou em preços mais altos, redução de empregos qualificados e perda de capacidade estatal de planejamento.

Ao final da reunião, o Adv. Luiz Henrique e o presidente Marcos André reforçaram a necessidade de continuar a mobilização jurídica, política e social, articulando novas estratégias para o enfrentamento do projeto de desmonte da Petrobras e pela retomada de seus ativos estratégicos. Foi consenso entre os presentes que a luta pela soberania deve ser travada tanto nas instituições quanto nas ruas, com apoio da sociedade e dos movimentos sociais organizados.

A reunião foi encerrada com agradecimentos aos convidados e participantes, ficando declarado em ata o compromisso de persistência na defesa da soberania nacional da Petrobras e dos direitos do povo brasileiro.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião com todos os presentes, lavramos esta Ata e damos fé.

Marcos André dos Santos
Presidente

José Augusto Fernandes Filho
Vice-Presidente

Erika Rebello Grisi
Diretora de Comunicação

Renato Brandão do Nascimento
Diretor de Patrimônio

Railda Nascimento Silva
Vice-Diretora de Patrimônio

Francine Moreira
Vice-Diretora de Comunicação

Jaciara Barreto dos Santos.
Associada

Manoel Esmeraldo de Sousa
Associado

Luiz Henrique Amorim de Jesus
Associado

Raquel Sousa
Convidada

Eric Gil Dantas
Convidado

Francisco Augusto Herdy Raminelli
Conselheiro